



APA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ARBITRAGEM

CÓDIGO DEONTOLÓGICO

CODE OF ETHICS / CÓDIGO DEONTOLÓGICO

CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS
PARA PERITOS EM ARBITRAGEM

CODE OF BEST PRACTICE
FOR EXPERTS IN ARBITRATION

CÓDIGO DE BUENAS PRÁCTICAS
PARA EXPERTOS EN ARBITRAJE



Publicada por **Published by**



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ARBITRAGEM

<https://arbitragem.pt/pt/apa/intro>

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1649-014 Lisboa, Portugal

secretariado@arbitragem.pt

Produção **Production**

OH! Multimédia

mail@oh-multimedia.com



ÍNDICE | TABLE OF CONTENTS | ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
PRESENTATION.....	5
PRESENTACIÓN.....	7
CÓDIGO DEONTOLÓGICO.....	9
CODE OF ETHICS.....	17
CÓDIGO DEONTOLÓGICO.....	25
CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS PARA PERITOS EM ARBITRAGEM.....	33
CODE OF BEST PRACTICE FOR EXPERTS IN ARBITRATION.....	37
CÓDIGO DE BUENAS PRÁCTICAS PARA EXPERTOS EN ARBITRAJE.....	41



APRESENTAÇÃO

Publicam-se neste livro eletrónico dois textos recentemente aprovados pelos órgãos competentes da APA, através dos quais se pretende reafirmar e consolidar o compromisso desta Associação com os princípios deontológicos fundamentais que devem pautar o funcionamento da arbitragem: o *Código Deontológico* e o *Código de Boas Práticas Para Peritos em Arbitragem*.

O primeiro, que substitui o *Código Deontológico do Árbitro* aprovado em 2010 e revisto em 2014, estende aos representantes das partes em processos arbitrais os princípios reitores da ética arbitral, aos quais ficam vinculados os associados da APA na sua atuação em processos arbitrais, e atualiza, densificando-o também, o regime instituído no anterior Código para os árbitros.

O segundo visa suprir uma lacuna manifesta da regulação existente em matéria de deontologia da arbitragem, estabelecendo regras próprias para os peritos que intervenham em processos arbitrais. Uma vez que se dirige a um universo de profissionais em larga medida distinto do dos associados da APA, foi autonomizado daquele primeiro Código e vertido em instrumento próprio, que valerá sobretudo como modelo de soluções destinado a orientar a decisão de casos concretos.

Ambos os instrumentos agora disponibilizados constituem elementos de relevo na consecução de um dos desígnios fundamentais da APA: a consolidação da confiança na arbitragem como meio de resolução extrajudicial de resolução de litígios. Por isso os inscreveu a Direção da APA entre as suas prioridades no mandato em curso, tendo para o efeito contado com o inexcedível empenhamento do Conselho de Deontologia, dirigido por Joaquim Shearman de Macedo, a quem são devidas, assim como a toda a equipa por si liderada, palavras de especial agradecimento.

Igualmente merecedores do reconhecimento da Associação são os autores das traduções castelhana e inglesa dos textos agora publicados, através das quais se pretende divulgar junto de um público mais alargado esta vertente da atividade da APA: Filipa Cansado de Carvalho e Iñaki Carrera, no tocante à primeira, e Peter F. Ingham, quanto à segunda.



Uma nota de especial apreço é, por fim, devida a todos os associados da APA que, tanto na Assembleia Geral realizada em 25 de junho de 2020, como no *webinar* que teve lugar em 30 de setembro, como ainda em comunicações várias endereçadas à Direção, partilharam com esta as suas sugestões e reflexões acerca dos trabalhos preparatórios de ambos os textos agora publicados.

Lisboa, novembro de 2020.

Dário Moura Vicente
Presidente da Direção da
Associação Portuguesa de Arbitragem



PRESENTATION

This electronic book contains two texts recently approved by the competent bodies of the Portuguese Arbitration Association (APA), through which this Association intends to reaffirm and consolidate its commitment to the fundamental ethical principles that should guide the functioning of arbitration: the Code of Ethics and the Code of Best Practice for Arbitration Experts.

The former Code, which replaces the *Code of Ethics for Arbitrators* approved in 2010 and revised in 2014, extends to the representatives of the parties in arbitration proceedings the guiding principles of arbitration ethics, to which APA members are bound in their work in arbitration proceedings, and seeks to update and clarify the rules established in the previous Code in respect of arbitrators.

The latter one aims to fill a clear gap in the existing regulation on the ethics of arbitration by establishing specific rules for experts involved in arbitration proceedings. Since it is aimed at a universe of professionals that is largely different from that of APA members, it has been autonomised from that first Code and embodied in a self-standing instrument, which will be used above all as a model of solutions that may guide the decision of specific cases.

Both instruments now made available are important elements in achieving one of the key aims of the APA: the consolidation of trust in arbitration as a means of extra-judicial dispute resolution. For this reason, APA's Board of Directors has made them one of its priorities in its current mandate, and to this end it has counted on the commitment of its Ethics Council, headed by Joaquim Shearman de Macedo, to whom words of special thanks are due, as well as to the team led by him.

The authors of the Spanish and English translations of the texts now published, through which a wider dissemination of APA's activity is intended, are also worthy of the Association's recognition: Filipa Cansado de Carvalho and Iñaki Carrera, for the former, and Peter F. Ingham, for the latter.



Finally, a note of special appreciation is due to all the members of the APA who, both at the General Assembly held on 25 June 2020, and at the webinar held on 30 September 2020, as well as in various communications addressed to the Board of Directors, have shared with the latter their suggestions and reflections on the preparatory works of both texts now published.

Lisbon, November 2020.

Dário Moura Vicente

*Chairman of the Board of Directors
the Portuguese Arbitration Association*



PRESENTACIÓN

En este libro electrónico se publican dos textos recientemente aprobados por los órganos competentes de la Asociación Portuguesa de Arbitraje (APA), a través de los cuales se pretende reafirmar y consolidar el compromiso de esta institución con los principios deontológicos fundamentales que deben guiar el funcionamiento del arbitraje: el *Código Deontológico* y el *Código de Buenas Prácticas para los Expertos en Arbitraje*.

El primero de ellos, que sustituye al *Código Deontológico para los Árbitros* aprobado en 2010 y revisado en 2014, hace extensivos a los representantes de las partes en los procedimientos arbitrales los principios rectores de la ética del arbitraje, a los que los miembros de la APA están obligados en su actuación en los procedimientos arbitrales, y actualiza e densifica las normas establecidas en el anterior Código para los árbitros.

El segundo tiene por objeto llenar una clara laguna en la reglamentación existente sobre la ética del arbitraje estableciendo normas propias para los expertos que participan en procedimientos de arbitraje. Al estar dirigido a un universo de profesionales muy distinto al de los miembros de la APA, se lo ha autonomizado de aquél primer Código y se lo ha traducido en un instrumento propio, que se utilizará sobre todo como modelo de soluciones para orientar la decisión de casos concretos.

Los dos instrumentos de que así se ponen a la disposición de los interesados son elementos importantes para lograr uno de los objetivos fundamentales de APA: la consolidación de la confianza en el arbitraje como medio de solución extrajudicial de controversias. Por ello, la Junta Directiva de APA los ha incluido entre sus prioridades en su actual mandato, y para ello ha contado con el inestimable empeño del Consejo de Ética de la Asociación, encabezado por Joaquim Shearman de Macedo, a quien se deben, así como a todo el equipo dirigido por él, palabras de especial agradecimiento.

Los autores de las traducciones al castellano y al inglés de los textos que ahora se publican, a través de los cuales se pretende difundir a un público más amplio este aspecto de la actividad de la APA, son también dignos de reconocimiento por parte de la Asociación: Filipa Cansado de Carvalho e Iñaki Carrera, en cuanto a la primera, y Peter F. Ingham, por la segunda.



Por último, se debe una nota de especial aprecio a todos los miembros de la APA que, tanto en la Asamblea General celebrada el 25 de junio de 2020 como en el seminario web que tuvo lugar el 30 de septiembre, así como en diversas comunicaciones dirigidas a la Junta Directiva, compartieron con ésta sus sugerencias y reflexiones sobre los trabajos preparatorios de los dos textos ahora publicados.

Lisboa, noviembre de 2020

Dário Moura Vicente

*Presidente de la Junta Directiva de la
Asociación Portuguesa de Arbitraje*



APA - CÓDIGO DEONTOLÓGICO

Introdução

A adoção do presente Código Deontológico visa consagrar as regras éticas que devem enformar a conduta dos árbitros, dos representantes das partes e de outros intervenientes que participam em arbitragens. O Código não se assume como um conjunto exaustivo de regras de conduta, mas antes como um quadro de referência, elaborado a partir das melhores práticas internacionais.

O escopo do anterior Código Deontológico do Árbitro é agora alargado aos representantes das partes, dando lugar a um Código com um alcance mais vasto e que permite uma abordagem deontológica mais holística aos processos arbitrais. Tal como a imparcialidade e a independência dos árbitros, a conduta dos representantes das partes em conformidade com regras que estabelecem padrões de integridade e honestidade, como as que aqui são apresentadas, promove a confiança na arbitragem como meio idóneo e justo de resolução de litígios. Nesse sentido, foram também incluídas preocupações com a intervenção de terceiros financiadores, cujo envolvimento nos processos arbitrais, ainda que indireto, pode suscitar dúvidas quanto à imparcialidade e independência dos árbitros. O respeito pelas regras do presente Código contribui ainda para uma condução expedita e eficaz dos processos arbitrais.

Para além de vincular todos os membros da Associação Portuguesa de Arbitragem na sua atuação enquanto árbitros, representantes das partes ou outros intervenientes aos quais faz referência, o Código visa fornecer aos interessados um modelo de regulação a que possam auto vincular-se.

Em certos aspetos, as regras aqui enunciadas poderão ser mera repetição de disposições contidas na lei ou em regulamento que reja a arbitragem em causa. O presente Código não pretende substituir-se a tais disposições ou a cláusulas contratuais que as partes hajam adotado.



I – PARTE GERAL

Art. 1º - Submissão dos membros da APA ao Código

Salvo quando disposição imperativa da lei outra coisa dispuser, os membros da Associação Portuguesa de Arbitragem devem respeitar os princípios deontológicos previstos no presente Código Deontológico.

Art. 2º - Interpretação e Integração

O presente Código Deontológico deve ser interpretado e integrado tendo presentes as melhores práticas internacionais, designadamente as Diretrizes da International Bar Association relativas a Conflitos de Interesses em Arbitragem Internacional.

Art. 3º - Intervenientes Processuais

1. As relações entre os intervenientes processuais devem pautar-se pela urbanidade, respeito e boa-fé processual.
2. Os intervenientes processuais devem manter absoluta confidencialidade relativamente a todos os elementos do processo.

I - ÁRBITROS

Art. 4º - Princípio Geral

Os árbitros obrigam-se a ser e permanecer independentes e imparciais, respeitando e fazendo respeitar o prestígio e a eficiência da arbitragem como meio justo de resolução de litígios.

Art. 5º - Aceitação das Funções de Árbitro

Aquele que for convidado a exercer as funções de árbitro apenas pode aceitar tal encargo se considerar ser e estar em condições de permanecer independente e imparcial até à conclusão da arbitragem, possuir os conhecimentos adequados à apreciação do objeto de litígio e, bem assim, dispuser do tempo previsivelmente necessário para o efeito.

Art. 6º - Imparcialidade e Independência

1. O árbitro deve julgar com absoluta imparcialidade e independência as questões que forem submetidas à sua apreciação.
2. O árbitro designado pela parte não é seu representante ou mandatário, estando, em todas as circunstâncias, sujeito às obrigações deontológicas previstas neste Código.



3. O árbitro não deve permitir que qualquer tipo de preconceito, interesse pessoal, pressão externa ou receio de crítica afete o sentido da sua decisão.
4. Quer durante quer depois de concluída a arbitragem, nenhum árbitro deve aceitar oferta ou favor proveniente, direta ou indiretamente, de qualquer das partes, salvo se corresponder aos usos sociais aceitáveis.

Art. 7º - Dever de Revelação

1. O árbitro deve revelar todos os factos e circunstâncias que, na perspectiva das partes, possam suscitar dúvidas quanto à sua imparcialidade e independência surgindo tal obrigação no momento em que é convidado a exercer funções e mantendo-se até à conclusão da arbitragem.
2. O árbitro deve realizar diligências razoáveis no sentido de identificar qualquer conflito de interesses, assim como quaisquer factos ou circunstâncias que, na perspectiva das partes, possam suscitar dúvidas quanto à sua imparcialidade e independência.
3. À luz de quaisquer revelações feitas pelas partes em relação à participação de um terceiro financiador, ao abrigo do art. 18º, o árbitro deve avaliar se essa participação pode gerar um conflito de interesses ou suscitar dúvidas quanto à sua imparcialidade e independência e avaliar a necessidade de fazer quaisquer revelações que entenda apropriadas ou praticar outros atos que possam ser exigidos pelas leis, regras ou diretrizes aplicáveis.
4. Para efeitos de dever de revelação, deve ser levada em consideração a relação entre o árbitro e a sociedade de advogados em que eventualmente se integre e os factos a esta respeitantes.
5. Em articulação com o disposto nos números anteriores, antes de aceitar o encargo, o árbitro deve prestar informação sobre:
 - a) Qualquer relação profissional ou pessoal que considere relevante que este mantenha ou tenha mantido com as partes, com os seus representantes legais, com terceiros financiadores, se os houver, ou com outros intervenientes na arbitragem;
 - b) Qualquer interesse económico ou financeiro, direto ou indireto, no desfecho do litígio;
 - c) Qualquer conhecimento que tenha do objeto da disputa.
6. Ao aceitar o encargo, o árbitro deve assinar e enviar às partes e aos restantes árbitros a declaração de independência e imparcialidade prevista no anexo único ou outra de teor substancialmente semelhante.
7. Havendo dúvida sobre a relevância de qualquer facto, circunstância ou relação, prevalecerá sempre o dever de revelação.
8. Salvo se outra coisa resultar do seu teor, a revelação dos factos e circunstâncias previstos no presente artigo não poderá ser entendida como de-



claração de que o árbitro não se considera imparcial e independente e que, conseqüentemente, não está apto a desempenhar as suas funções.

Art. 8º – Proibição de Comunicar com as Partes

1. Antes de aceitar o encargo, o árbitro apenas pode solicitar à parte que o convidar uma descrição sumária do litígio, a identificação das partes, terceiros financiadores, se os houver, outros árbitros, representantes das partes e intervenientes na arbitragem, se os houver, o teor da convenção de arbitragem e a indicação do prazo previsto para a conclusão da mesma.
2. Salvo o disposto no número seguinte, não deverão existir comunicações privadas, orais ou escritas, entre os árbitros e os representantes das partes sobre questões relacionadas com o objeto do litígio e quaisquer ocorrências que tenham lugar no processo arbitral, surgindo tal dever no momento em que o árbitro é convidado a exercer funções e mantendo-se até à conclusão da arbitragem.
3. Tratando-se de tribunal arbitral em que os árbitros designados pelas partes têm a incumbência de escolher o árbitro presidente, aqueles poderão também ter em conta a posição das partes que os designaram sobre a escolha do presidente.

Art. 9º – Assistência no Exercício das Funções de Árbitro

1. O árbitro que designe um secretário para a arbitragem ou nomeie um consultor, assessor, perito ou assistente técnico para o assistir em questões de natureza técnica ou científica, deve informar previamente as partes dessa designação e assegurar que a pessoa designada seja convidada a revelar todos os factos e circunstâncias que possam suscitar dúvidas quanto à sua imparcialidade e independência, aplicando-se-lhe, com as devidas adaptações, o disposto no art. 7.º.
2. O disposto no n.º 1 aplica-se ainda, com as devidas adaptações, a pessoas que se encarreguem de realizar tarefas de natureza administrativa, organizacional e de apoio no processo ao exercício das funções dos árbitros, excetuando-se neste caso o dever de subscrever e enviar às partes uma declaração de independência e imparcialidade prevista no anexo único ou outra de teor substancialmente semelhante.

Art. 10º - Dever de Diligência

1. O árbitro deve conduzir a arbitragem da forma mais rápida, eficaz e económica que for compatível com o respeito pelas garantias processuais das partes.
2. O árbitro deve consagrar à arbitragem todo o tempo e atenção que se mostrem necessários à cabal compreensão e julgamento dos factos e das questões de Direito objeto da lide.

**Art. 11º - Honorários e Despesas**

É vedado ao árbitro designado por uma parte ajustar com esta o montante dos seus honorários e despesas ou qualquer outra retribuição relacionada com o exercício da sua função.

Art. 12º - Confidencialidade

Sem prejuízo do disposto na lei, o árbitro deve respeitar a confidencialidade do processo e da decisão arbitral e não poderá utilizar informação obtida no decurso da instância arbitral com o objetivo de alcançar ganho, para si ou para terceiro, ou de lesar o interesse de outrem.

Art. 13º - Proibição de Angariação de Nomeações

Ninguém deve procurar ativamente ser nomeado para qualquer arbitragem, mas qualquer pessoa poderá divulgar publicamente a sua experiência em matéria arbitral, ressalvados os deveres de confidencialidade.

Art. 14º - Envolvimento em Propostas de Transação

1. Os árbitros podem sempre sugerir às partes a possibilidade de resolução do litígio mediante transação, mediação ou conciliação, mas não devem influenciar a opção das partes nesse sentido, designadamente dando a entender que já formaram um juízo sobre o resultado da arbitragem.
2. Quando as partes o hajam requerido ou dado o seu acordo à sugestão feita nesse sentido pelo tribunal arbitral, pode este, quer atuando colegialmente quer através do seu presidente, se tal for considerado mais adequado, fazer propostas de transação a ambas as partes, simultaneamente na presença de ambas.

II – REPRESENTANTES DAS PARTES**Art. 15º - Princípio Geral**

1. Os representantes das partes obrigam-se a atuar de forma íntegra e honesta no patrocínio das partes, evitando qualquer conduta que impeça a condução expedita e eficaz do processo arbitral.
2. O disposto no número anterior não prejudica o fiel cumprimento das obrigações dos representantes das partes relativamente aos respetivos clientes, nem o respeito por outras normas de conduta aplicáveis ao caso.

Art. 16º - Nomeação dos representantes das partes

1. Quando alguma parte fique sem representante no processo, deve diligenciar pela nomeação de novo representante em prazo razoável com vista à manutenção da integridade do processo.



2. A mudança do representante ou equipa de representantes de alguma das partes não deve comprometer a integridade do processo. Perante a possibilidade de substituição de representante, devem os representantes das partes ter em conta a fase do processo e os custos e outros inconvenientes resultantes da substituição de algum dos árbitros, bem como abster-se de recorrer à substituição como manobra dilatatória ou uso abusivo do processo.
3. Para o efeito do disposto no número anterior, considera-se existir uma afetação da integridade do processo quando ocorra conflito de interesses entre o novo representante e algum dos árbitros ou quando a mudança impeça o exercício das funções de algum dos árbitros ou prejudique a prolação de uma sentença arbitral ou a finalidade desta.

Art. 17º - Proibição de comunicação com os árbitros

1. Não deverão existir comunicações privadas, orais ou escritas, entre os representantes das partes e os árbitros sobre questões relacionadas com o objeto do litígio e a quaisquer ocorrências que tenham lugar no processo arbitral, surgindo tal dever no momento em que o árbitro é convidado a exercer funções e mantendo-se até à conclusão da arbitragem.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os casos referidos nos n.ºs 1 e 3, do art. 9.º.

Art. 18º - Terceiro Financiador

1. Os representantes das partes devem informar sobre a participação de um terceiro financiador no litígio e a identidade deste, bem como prestar quaisquer informações adicionais relativas à participação do terceiro financiador que considerem relevantes.
2. Para os efeitos do presente Código, o termo "terceiro financiador" refere-se a qualquer pessoa singular ou coletiva que não seja parte ou representante legal de uma parte no litígio e que contribua com apoio financeiro (a título oneroso ou gratuito), ou outro apoio patrimonial, para o julgamento das pretensões de uma das partes no litígio e que tenha um interesse económico no resultado do litígio ou um eventual dever de indemnizar uma das partes em consequência desse resultado.

Art. 19º - Deveres de integridade

1. Os representantes das partes devem abster-se de produzir afirmações, escritas ou orais, que saibam não corresponder à verdade, bem como devem advertir as partes sobre o dever de respeito pela verdade.
2. Os representantes das partes devem abster-se de recorrer a fundamentos jurídicos inexistentes ou de distorcer o sentido da jurisprudência.
3. Os representantes das partes não devem colaborar, direta ou indiretamente, na criação ou junção ao processo de provas falsas, nem na des-



truição de provas relevantes, devendo advertir as partes sobre o dever de não o fazerem.

4. Os representantes das partes devem informar o cliente da obrigação de juntar ao processo arbitral todos os documentos solicitados pelos árbitros.

Art. 20º - Prova testemunhal e pericial

1. Os representantes das partes deverão abster-se de apresentar depoimentos ou relatórios periciais que saibam não corresponder à verdade.
2. Com respeito do disposto no número anterior, os representantes das partes podem assistir as testemunhas e peritos na preparação dos seus depoimentos e relatórios.
3. As testemunhas e os peritos nomeados pelas partes podem ser pagos pelo tempo despendido para a prestação do respetivo depoimento e/ou relatório pericial, bem como pelos custos e despesas suportadas para o efeito.

Art. 21º - Confidencialidade

O dever de confidencialidade dos representantes das partes quanto aos elementos do processo não impede que os mesmos divulguem, para os devidos efeitos, elementos que permitam identificar as arbitragens em que tenha participado.

Art. 22º - Disposições Finais

A totalidade ou parte das normas do presente Código Deontológico pode ser adotada por quaisquer entidades autorizadas a realizar arbitragens voluntárias institucionalizadas, bem como pelas partes envolvidas numa arbitragem ad hoc ou por qualquer tribunal arbitral.

(Versão aprovada na Assembleia Geral da APA realizada a 25 de junho de 2020)

**ANEXO ÚNICO****DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO**

Nome:

Morada:

Telefone(s):

E-mail:

DEMANDANTE:

DEMANDADA:

- Aceitação.** Declaro aceitar exercer as funções de árbitro de forma imparcial e independente, respeitando as regras e princípios enunciados no Código Deontológico do Árbitro da Associação Portuguesa de Arbitragem, de que sou associado.

(Assinale também um dos espaços seguintes. A escolha do espaço a preencher depende de saber se, nos termos do art. 7º do Código Deontológico do Árbitro, se verifica qualquer das seguintes situações:

- a) Qualquer relação profissional ou pessoal que considere relevante que este mantenha ou tenha mantido com as partes, com os seus representantes legais, com terceiros financiadores, se os houver, ou com outros intervenientes na arbitragem;*
- b) Qualquer interesse económico ou financeiro, direto ou indireto, no desfecho do litígio;*
- c) Qualquer conhecimento que tenha do objeto da disputa.*

Na dúvida, deve revelar a situação em causa).

- Nada a Revelar.** Sou imparcial e independente e tenciono manter-me como tal. Não conheço qualquer facto ou circunstância que deva ser revelado por poder suscitar, na perspectiva das partes, dúvidas sobre a minha imparcialidade ou independência.
- Aceitação e Revelação.** Sou imparcial e independente e tenciono manter-me como tal. No entanto, atendendo às regras e princípios enunciados no Código Deontológico do Árbitro, pretendo declarar os seguintes factos ou circunstâncias por considerar poderem suscitar, na perspectiva das partes, dúvidas sobre a minha imparcialidade ou independência:

(Local), (Data) (Assinatura)



APA - CODE OF ETHICS

Introduction

The adoption of this Code of Ethics aims to enshrine the ethical rules governing the conduct of arbitrators, of the representatives of the parties and of others who take part in arbitrations. The Code is not a comprehensive set of rules of conduct, but rather a reference framework, drawn up on the basis of best international practices.

The scope of the previous Code of Ethics for Arbitrators is now extended to the representatives of the parties, giving rise to a Code of greater scope that allows a more holistic ethical approach to arbitration proceedings. Like the impartiality and independence of the arbitrators, the conduct of representatives of the parties in accordance with rules that establish integrity and honesty standards, such as those presented here, promotes confidence in arbitration as a suitable and fair means of dispute resolution. To this end, concerns as to the intervention of third party funders have also been included, whose involvement in the arbitration proceedings, albeit indirect, may raise doubts as to the impartiality and independence of the arbitrators. Due regard for the rules of this Code also contributes to an expeditious and effective conduct of the arbitration proceedings.

In addition to binding all members of the Portuguese Arbitration Association in their activity as arbitrators, representatives of the parties or other parties to which it refers, the Code aims to provide interested parties with a regulatory model to which they may bind themselves.

In certain aspects, the rules set out herein may be mere repetition of provisions contained in the law or regulation governing the arbitration in question. This Code is not intended to replace such provisions or contractual clauses as the parties may have adopted.



I – GENERAL PART

Article 1 - Submission of APA members to the Code

Unless a mandatory provision of the law otherwise determines, members of the Portuguese Arbitration Association shall respect the ethical principles set out in this Code of Ethics.

Article 2 - Interpretation and Integration

This Code of Ethics shall be interpreted and integrated taking into account international best practices, notably the International Bar Association Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration.

Article 3 – Procedural Parties

1. Relations between the procedural parties shall be governed by civility, respect and procedural good faith.
2. The procedural parties must maintain absolute confidentiality in respect of all elements of the case.

I – ARBITRATORS

Article 4 – General Principle

Arbitrators are obliged to be and remain independent and impartial, respecting and ensuring respect for the prestige and efficiency of arbitration as a fair means of resolving disputes.

Article 5 - Acceptance of Duties as Arbitrator

Persons invited to perform duties as arbitrator may only accept such an appointment if they consider themselves to be and remain independent and impartial up until the completion of the arbitration, have the knowledge appropriate to the appraisal of the object of the litigation and the available time predictably necessary for the purpose.

Article 6 - Impartiality and independence

1. Arbitrators must judge with absolute impartiality and independence the issues that are submitted to their appraisal.
2. A party-appointed arbitrator is not its representative or agent and is, in all circumstances, subject to the ethical obligations set out in this Code.
3. Arbitrators must not allow any kind of prejudice, self-interest, outside pressure or fear of criticism to affect the sense of their decision.



4. Both during and after completion of the arbitration, no arbitrator shall accept an offer or favour directly or indirectly from either party, unless it corresponds to acceptable social usages.

Article 7 - Duty of Disclosure

1. Arbitrators must disclose all facts and circumstances which, in the perspective of the parties, might give rise to doubts as to their impartiality and independence. Such obligation arises at the time they are asked to perform duties and remains in effect until completion of the arbitration.
2. Arbitrators shall take all reasonable steps to identify any conflict of interest, as well as any facts or circumstances that, in the perspective of the parties, might give rise to doubts as to their impartiality and independence.
3. In the light of any disclosures made by the parties in relation to the participation of a third party funder, under Article 18, the arbitrators shall assess whether such participation can generate a conflict of interest or cast doubt on their impartiality and independence and evaluate the need to make such disclosures as they deem appropriate or perform such other acts as may be required by the applicable laws, rules or guidelines.
4. For the purposes of the duty of disclosure, one must take into account the relationship between the arbitrator and the law firm of which it may be a member and the facts relating to it.
5. In conjunction with the provisions of the preceding paragraphs, before accepting the appointment, arbitrators must provide information on:
 - a) Any professional or personal relationship considered relevant that they maintain or have maintained with the parties, with their legal representatives, with third party funders, if any, or with other parties involved in the arbitration;
 - b) Any direct or indirect economic or financial interest in the outcome of the dispute;
 - c) Any knowledge that they have of the object of the dispute.
6. On accepting the appointment, arbitrators must sign and send to the parties and the other arbitrators the declaration of independence and impartiality called for in the single annex hereto or any other of a substantially similar content.
7. In the event of doubt as to the relevance of any fact, circumstance or relationship, the duty of disclosure shall prevail at all times.
8. Unless otherwise results from its content, disclosure of the facts and circumstances referred to in this article may not be understood as a declaration that the arbitrators do not consider themselves impartial and independent and that, consequently, they are not able to perform their duties.

**Article 8 - Prohibition of Communication with the Parties**

1. Before accepting the position, arbitrators may only request of the party that invited them a brief description of the dispute, identification of the parties, third party funders, if any, other arbitrators, representatives of the parties and others involved in the arbitration, if any, the content of the arbitration agreement and information on the deadline for the conclusion of the arbitration.
2. Except as provided in the following paragraph, there shall be no private, oral or written, communications between the arbitrators and the representatives of the parties on issues related with the object of the litigation and any events that take place in the arbitration proceedings, this duty arising at the time the arbitrators are invited to perform duties and remaining in force until the conclusion of the arbitration.
3. In the event of an arbitral tribunal in which the arbitrators appointed by the parties are charged with choosing the presiding arbitrator, they may also take into account the position of the parties that nominated them on the choice of the chairperson.

Article 9 – Assistance in the Performance of Duties as Arbitrator

1. An arbitrator who appoints a secretary for the arbitration or appoints a consultant, advisor, expert or technical assistant to assist in technical or scientific issues, must first inform the parties of the appointment and ensure that the designated persons are invited to reveal all facts and circumstances that might raise doubts as to their impartiality and independence, applying, *mutatis mutandis*, the provisions of Article 7.
2. The provisions of paragraph 1 shall also apply, *mutatis mutandis*, to persons charged with carrying out tasks of an administrative, organizational and support nature in the proceedings in the performance of the duties of the arbitrators, except for, in this case, the duty to sign and send to the parties a statement of independence and impartiality as provided for in the single annex or other of a substantially similar content.

Article 10 – Duty of Diligence

1. Arbitrators shall conduct the arbitration in the fastest, most effective and economical manner compatible with respect for the procedural guarantees of the parties.
2. Arbitrators must devote to the arbitration all the time and attention necessary for a full understanding and judgement of the facts and matters of law constituting the object of the dispute.

**Article 11 - Fees and Expenses**

Arbitrators appointed by a party are not allowed to agree with the latter the amount of their fees and expenses or any other remuneration related with the performance of their duties.

Article 12 - Confidentiality

Without prejudice to the provisions of the law, arbitrators must respect the confidentiality of the process and of the arbitral award and may not use information obtained in the course of the arbitration proceedings with the aim of achieving gains for themselves or for third parties, or harm another's interest.

Article 13 – Prohibition of Solicitation of Appointments

No one shall actively seek to be appointed to any arbitration, but anyone can publicly disclose their experience in arbitration matters, subject to the duties of confidentiality.

Article 14 - Involvement in Settlement Proposals

1. Arbitrators may always suggest to the parties the possibility of resolving the dispute through settlement, mediation or conciliation, but must not influence the choice of the parties to that effect, inter alia, by implying that they have already formed a judgement as to the outcome of the arbitration.
2. When the parties have so requested or given their consent to the suggestion in this sense made by the arbitral tribunal, the latter may, be it acting collegially or through its chairperson, if deemed more appropriate, make settlement proposals to both parties simultaneously in presence of both.

II – REPRESENTATIVES OF THE PARTIES**Article 15 - General Principle**

1. The representatives of the parties undertake to act with integrity and honesty in the legal representation of the parties, avoiding any conduct preventing the expeditious and effective conduct of the arbitral proceedings.
2. The preceding paragraph shall prejudice neither full compliance with the obligations of the representatives of the parties in respect of their clients, nor respect for other rules of conduct applicable to the case.

Article 16 - Appointment of representatives of the parties

1. When a party is left without a representative in the proceedings, it shall take steps to appoint a new representative within a reasonable time in order to maintain the integrity of the process.



2. The change of the representative or teams of representatives of one of the parties shall not compromise the integrity of the process. Given the possibility of replacement of the representative, the representatives of the parties shall take into account the stage of the proceedings and the costs and other drawbacks resulting from the replacement of one of the arbitrators, and refrain from resorting to replacement as a delaying manoeuvre or abuse of process.
3. For the purposes of the provisions of the preceding paragraph, it is considered that process integrity is affected when a conflict of interest occurs between the new representative and one of the arbitrators or when the change prevents the performance of the duties of any of the arbitrators or impairs the delivery of an arbitral award or its purpose.

Article 17 - Prohibition of communication with the arbitrators

1. Except as provided in the following paragraph, there shall be no private, oral or written communications between the arbitrators and the representatives of the parties on issues related with the object of the dispute and with any events that take place in the arbitration proceedings, this duty arising at the time the arbitrators are invited to perform duties and remaining in force until the conclusion of the arbitration.
2. Excluded from the provisions of the preceding paragraph are the cases referred to in paragraphs 1 and 3 of Article 9.

Article 18 - Third Party Funding

1. The parties' representatives shall provide information on the participation of a third party funder in the dispute and its identity, and shall provide any additional information regarding the participation of the third party funder they consider relevant.
2. For the purposes of this Code, the term "third party funder" refers to any natural or legal person who is not a party or legal representative of a party to the dispute and contributes financial support (for consideration or for free), or other economic support, for the judgement of the claims of one of the parties to the dispute and has an economic interest in the outcome of the dispute or a possible obligation to indemnify one of the parties as a consequence of such a result.

Article 19 - Duty of integrity

1. The representatives of the parties shall refrain from producing written or oral statements that they know not to be true, and shall warn the parties of the duty of respect for the truth.
2. The representatives of the parties shall refrain from resorting to non-existent legal grounds or distorting the meaning of case law.



3. The representatives of the parties shall not co-operate, directly or indirectly, in the creation or attachment to the proceedings of false evidence, or in the destruction of relevant evidence, and shall warn the parties on the duty not to do so.
4. The representatives of the parties shall inform the client of the obligation to append to the arbitration proceedings all documents requested by the arbitrators.

Article 20 – Witness and expert evidence

1. The representatives of the parties shall refrain from presenting witness or expert reports they know are not true.
2. With respect to the provisions of preceding paragraph, the representatives of the parties may assist the witnesses and experts in preparing their statements and reports.
3. The witnesses and experts appointed by the parties may be paid for the time spent on the provision of appropriate evidence and/or expert report, as well as for the costs and expenses incurred for the purpose.

Article 21 - Confidentiality

The duty of confidentiality of the representatives of the parties as to the elements of the proceedings does not prevent them from disclosing, for the due purposes, elements that allow identification of the arbitrations in which they have taken part.

Article 22 - Final Provisions

All or part of the rules of this Code of Ethics may be adopted by any entity authorized to conduct voluntary institutionalized arbitrations as may the parties involved in an ad hoc arbitration or any arbitral tribunal.

(Version approved at the APA General Meeting held on June 25, 2020)



SINGLE ANNEX

DECLARATION OF INDEPENDENCE AND IMPARTIALITY OF THE ARBITRATOR

Name:

Address:

Phone:

E-mail:

CLAIMANT:

RESPONDENT:

Acceptance. I declare that I agree to perform duties as arbitrator in an impartial and independent manner, respecting the rules and principles set out in the Arbitrator's Code of Ethics of the of the Portuguese Arbitration Association, of which I am a member.

(Also mark one of the following spaces. The choice of the space to be marked depends on knowing whether, under the terms of Article 7 of the Arbitrator's Code of Ethics, any of the following situations occur:

- a) Any professional or personal relationship considered relevant that they maintain or have maintained with the parties, with their legal representatives, with third party funders, if any, or with other parties involved in the arbitration;
- b) Any economic or financial interest, direct or indirect, in the outcome of the dispute;
- c) Any knowledge that they have of the object of the dispute.

(When in doubt, you should disclose the situation in question).

Nothing to Disclose. I am impartial and independent and I intend to so remain. I do not know of any fact or circumstance that should be disclosed for being able to raise, from the perspective of the parties, doubts as to my impartiality or independence.

Acceptance and Disclosure. I am impartial and independent and I intend to so remain. However, considering the rules and principles set out in the Arbitrator's Code of Ethics, I wish to declare the following facts or circumstances because I consider they could raise doubts, from the perspective of the parties, as to my impartiality or independence:

(Place), (Date) (Signature)



APA - CÓDIGO DEONTOLÓGICO

Introducción

La adopción del presente Código Deontológico pretende establecer las reglas éticas que deben ser tenidas en cuenta en la conducta de los árbitros, de los representantes de las partes y de otros intervinientes que participan en arbitrajes. El Código no se asume como un conjunto exhaustivo de reglas de conducta, sino más bien como un referente elaborado a partir de las mejores prácticas internacionales.

El objeto del anterior Código Deontológico del Árbitro es ahora alargado a los representantes de las partes, estableciendo un Código con un alcance más alargado y que permite un enfoque deontológico más completo para los procesos arbitrales. Tal como la imparcialidad y la independencia de los árbitros, la conducta de los representantes de las partes de conformidad con las reglas que establecen estándares de integridad y honestidad, como las que aquí son presentadas, promueve la confianza en el arbitraje como medio adecuado y justo a la resolución de litigios. Por ende, fueron, de igual forma, incluidas las preocupaciones con la intervención de terceros financiadores, cuya participación en los procesos arbitrales, aunque indirecto, puede plantear dudas en cuanto a la imparcialidad e independencia de los árbitros. El respeto por las reglas del presente Código contribuye, asimismo, para una conducción expedita y eficaz de los procesos arbitrales.

Además de vincular todos los miembros de la Asociación Portuguesa del Arbitraje en su actuación en cuanto árbitros, representantes de las partes u otros intervinientes a los que hace referencia, el Código pretende dar a los interesados un modelo de regulación a que puedan auto vincularse.

En ciertos aspectos, las reglas aquí mencionadas podrán ser meramente repetición de las normas contenidas en la ley o en el reglamento que se aplique al arbitraje en causa. El presente Código no pretende sustituirse a tales disposiciones o a cláusulas contractuales que las partes hayan adoptado.



I – PARTE GENERAL

Art. 1 - Sometimiento de los miembros de la APA al Código

Salvo disposición imperativa legal en contrario, los miembros de la Asociación Portuguesa del Arbitraje deben respetar los principios deontológicos previstos en el presente Código Deontológico.

Art. 2 - Interpretación e Integración

El presente Código Deontológico debe ser interpretado e integrado teniendo presentes las mejores prácticas internacionales, en particular las Directrices de la International Bar Association referentes a Conflictos de Interés en Arbitraje Internacional.

Art. 3 - Intervinientes Procesales

1. Las relaciones entre los intervinientes procesales deben guiarse por la urbanidad, el respeto y la buena fe procesal.
2. Los intervinientes procesales deben mantener absoluta confidencialidad relativa a todos los elementos del procedimiento.

I – ÁRBITROS

Art. 4 - Principio General

Los árbitros deben ser y permanecer independientes e imparciales, respetando y haciendo respetar el prestigio y la eficiencia del arbitraje como medio justo de resolución de litigios.

Art. 5 - Aceptación de las Funciones de Árbitro

Aquel que sea invitado a ejercer las funciones de árbitro únicamente puede aceptar tal encargo si considera ser y estar en condiciones de permanecer independiente e imparcial hasta la conclusión del arbitraje, tener los conocimientos adecuados a la apreciación del objeto del litigio y, asimismo, disponer de tiempo previsiblemente necesario a tal efecto.

Art. 6 - Imparcialidad e Independencia

1. El árbitro debe decidir con absoluta imparcialidad e independencia las cuestiones que sean sometidas a su decisión.
2. El árbitro designado por la parte no es su representante o apoderado, estando, en todas las circunstancias, sometido a las obligaciones deontológicas previstas en este Código.



3. El árbitro no debe permitir que cualquier prejuicio, interés personal, presión externa o temor a la crítica afecte el sentido de su decisión.
4. Ya sea durante, ya sea después de concluido el arbitraje, ningún árbitro debe aceptar oferta o favor que provenga, directa o indirectamente, de cualquiera de las partes, salvo si corresponde a los usos sociales aceptables.

Art. 7 - Deber de Revelación

1. El Árbitro debe revelar todos los hechos y circunstancias que, en la perspectiva de las partes, puedan plantear dudas en cuanto a su imparcialidad e independencia, naciendo tal obligación en el momento en que es invitado a ejercer funciones y manteniéndose hasta la conclusión del arbitraje.
2. El árbitro debe realizar diligencias razonables en el sentido de identificar cualquier conflicto de interés, tal como cualquier hecho o circunstancia que, en perspectiva de las partes, pueda plantear dudas en cuanto a su imparcialidad e independencia.
3. Tras cualquier revelación hecha por las partes relacionada con la participación de un tercero financiador, de conformidad con el art. 18, el árbitro debe evaluar si esa participación puede generar un conflicto de interés o plantear dudas en cuanto a su imparcialidad e independencia y evaluar la necesidad de hacer cualquier revelación que entienda apropiada o practicar otros actos que puedan ser exigidos por las leyes, reglas o directrices aplicables.
4. A efectos del deber de revelar, debe tenerse en cuenta la relación entre el árbitro y la firma de abogados en que, si es el caso, se integre y los hechos a esta afines.
5. De conformidad con los números anteriores, antes de aceptar el encargo, el árbitro debe prestar informaciones sobre:
 - a) Cualquier relación profesional o personal que considere relevante y que mantenga o haya mantenido con las partes, con sus representantes legales, con terceros financiadores, si los hubiere, o con otros intervinientes en el arbitraje;
 - b) Cualquier interés económico o financiero, directo o indirecto, en el resultado del litigio;
 - c) Cualquier conocimiento que tenga del objeto de la controversia.
6. Al aceptar el encargo, el árbitro debe firmar y enviar a las partes y a los restantes árbitros la declaración de independencia e imparcialidad prevista en el anexo único u otra de tenor sustancialmente semejante.
7. Habiendo dudas sobre la importancia de cualquier hecho, circunstancia o relación, prevalecerá siempre el deber de revelación.



8. Salvo que otra cosa resulte de su tenor, la revelación de hechos y circunstancias previstos en el presente artículo no podrá ser entendida como declaración de que el árbitro no se considera imparcial e independiente y que, en consecuencia, no está apto a ejercer sus funciones.

Art. 8 - Prohibición de comunicar con las Partes

1. Antes de aceptar el encargo, el árbitro solamente podrá solicitar a la parte que lo invita una descripción resumida de la controversia, la identificación de las partes e intervinientes en el arbitraje, si los hubiere, el tenor del convenio arbitral y la indicación del plazo previsto para su conclusión.
2. Salvo lo dispuesto en el número siguiente, no deberán existir comunicaciones privadas, orales o escritas, entre los árbitros y los representantes de las partes sobre cuestiones relacionadas con el objeto de la controversia y cualquier hecho acaecido en el procedimiento arbitral, surgiendo tal deber en el momento en el que el árbitro es invitado a ejercer funciones y manteniéndose hasta la conclusión del arbitraje.
3. Tratándose de tribunal arbitral en que los árbitros designados por las partes tienen que escoger el árbitro presidente, éstos podrán también tener en cuenta la posición de las partes que los hayan designado sobre la designación del presidente.

Art. 9 - Asistencia en el Ejercicio de las Funciones de Árbitro

1. El árbitro que designe un secretario para el arbitraje o nombre un consultor, asesor, perito o asistente técnico para ayudar en cuestiones de naturaleza técnica o científica, debe informar con antelación las partes de dicha designación y asegurar que la persona designada sea invitada a revelar todos los hechos y circunstancias que puedan plantear dudas en cuanto a su imparcialidad e independencia, aplicándose, con las debidas adaptaciones, el dispuesto en el art. 7.
2. El dispuesto en el número 1 se aplica, además, con las debidas adaptaciones, a las personas que realicen tareas de naturaleza administrativa, organizativa y de apoyo en el procedimiento al ejercicio de las funciones de los árbitros, exceptuándose en este caso el deber de realizar y enviar a las partes una declaración de independencia e imparcialidad prevista en el anexo único u otra de tenor sustancialmente semejante.

Art. 10 - Deber de Diligencia.

1. El árbitro debe conducir el arbitraje de la forma más expedita, eficaz y económica que sea compatible con el respecto por las garantías procesales de las partes.
2. El árbitro debe dedicar al arbitraje todo el tiempo y la atención que sean necesarios a la total comprensión y decisión sobre los hechos y sobre las cuestiones de derecho objeto de la controversia.

**Art. 11 - Honorarios y Gastos**

Es prohibido al árbitro designado por una parte ajustar con esta el importe de sus honorarios y gastos o cualquier otra retribución relacionada con el ejercicio de su función.

Art. 12 - Confidencialidad

Sin perjuicio de lo dispuesto en la ley, el árbitro debe respetar la confidencialidad del procedimiento y de la decisión arbitral y no podrá utilizar la información obtenida en el transcurso del procedimiento arbitral con el objetivo de conseguir ganancias, para sí o para tercero, o dañar el interés de otro.

Art. 13 - Prohibición de Recaudar Nombramientos

Nadie debe buscar activamente nombramientos para cualquier arbitraje, pero cualquier persona puede divulgar públicamente su experiencia en materia arbitral, con respeto de los deberes de confidencialidad.

Art. 14 - Participación en Propuestas de Transacción

1. Los árbitros pueden siempre sugerir a las partes la posibilidad de solventar la controversia mediante transacción, mediación o conciliación, pero no deben influir en la opción de las partes en ese sentido, en particular dando a entender que ya tienen una idea sobre el resultado del arbitraje.
2. Cuando las partes lo hayan solicitado o dado su acuerdo a la sugerencia hecha en ese sentido por el tribunal arbitral, puede este, ya sea actuando colegialmente, ya sea a través de su presidente, si así lo considera más adecuado, hacer propuestas de transacción a ambas partes, en simultaneo en la presencia de ambas.

II – REPRESENTANTES DE LAS PARTES**Art. 15 - Principio General**

1. Los representantes de las partes se obligan a actuar de forma íntegra y honesta en la representación de las partes, evitando cualquier conducta que impida la conducción expedita y eficaz del procedimiento arbitral.
2. Lo establecido en el número anterior no perjudica el fiel cumplimiento de las obligaciones de los representantes de las partes con relación a sus respectivos clientes, ni el respecto por otras normas de conducta aplicables al caso.

Art. 16 - Nombramiento de los representantes de las partes

1. Cuando alguna parte quede sin representante durante el procedimiento, debe diligenciar por el nombramiento de nuevo representante en plazo razonable en aras a la mantención de la integridad del procedimiento.



2. El cambio del representante o equipo de representantes de alguna de las partes no debe poner en causa la integridad del procedimiento. Ante la posibilidad de sustituir el representante, deben los representantes de las partes tener en cuenta la fase del procedimiento y los costes y otros inconvenientes que resulten de la sustitución de algunos de los árbitros, así como abstenerse de recurrir a la sustitución como maniobra dilatoria o uso abusivo del procedimiento.
3. A efectos de lo establecido en el número anterior, se considera existir un impacto en la integridad del procedimiento cuando ocurra conflicto de interés entre el nuevo representante y alguno de los árbitros o cuando el cambio impida el ejercicio de las funciones de alguno de los árbitros o perjudique la elaboración del fallo o su conclusión.

Art. 17- Prohibición de comunicación con los árbitros

1. No deberán existir comunicaciones privadas, orales o escritas, entre los representantes de las partes y los árbitros sobre cuestiones relacionadas con el objeto del litigio y sobre cualquier hecho que haya tenido lugar en el procedimiento arbitral, naciendo tal deber en el momento en que el árbitro es invitado a ejercer funciones y manteniéndose hasta la conclusión del arbitraje.
2. Se exceptúan de lo dispuesto en el número anterior los casos mencionados en los números 1 y 3 del art. 8.

Art. 18 - Tercero financiador

1. Los representantes de las partes deben informar sobre la participación de un tercero financiador en la controversia y de su identidad, así como prestar cualquier información adicional relativa a la participación del tercero financiador que consideren relevante.
2. A efectos del presente Código, el término "tercero financiador" se refiere a cualquier persona singular o colectiva que no sea parte o representante legal de una parte en la controversia y que contribuya con apoyo financiero (oneroso o gratuito), u otro apoyo patrimonial, para la decisión de las pretensiones de una de las partes en el litigio y que tenga un interés económico en el resultado del litigio o un eventual deber de indemnizar una de las partes en consecuencia de ese resultado.

Art. 19 - Deberes de integridad

1. Los representantes de las partes deben abstenerse de producir afirmaciones, escritas u orales, que sepan no ser verdaderas, así como deben advertir a las partes sobre el deber de respecto por la verdad.
2. Los representantes de las partes deben abstenerse de recurrir a fundamentaciones jurídicas inexistentes o de tergiversar el sentido de la jurisprudencia.



3. Los representantes de las partes no deben colaborar, directa o indirectamente, en la creación o presentación en el proceso de pruebas falsas, ni en la destrucción de pruebas relevantes, debiendo advertir a las partes sobre el deber de no hacerlo.
4. Los representantes de las partes deben informar al cliente de la obligación de presentar en el procedimiento arbitral todos los documentos solicitados por los árbitros.

Art. 20 - Prueba testifical y pericial

1. Los representantes de las partes deberán abstenerse de presentar declaraciones testificales o informes periciales que sepan no ser verdaderos.
2. De conformidad con lo establecido en el número anterior, los representantes de las partes pueden colaborar con los testigos y peritos en la preparación de sus declaraciones testificales e informes periciales.
3. Los testigos y los peritos nombrados por las partes pueden ser pagados por el tiempo dedicado para la prestación de la perspectiva declaración e/o informe pericial, así como por los costes y gastos soportados para el efecto.

Art. 21 - Confidencialidad

El deber de confidencialidad de los representantes de las partes, en cuanto a los elementos del procedimiento, no impide la divulgación, a los debidos efectos, de elementos que permitan identificar los arbitrajes en los que hayan participado.

Art. 22 - Disposiciones finales

La totalidad o parte de las normas del presente Código Deontológico pueden ser adoptadas por cualquier entidad autorizada a realizar arbitrajes voluntarios institucionalizados, así como por las partes de un arbitraje *ad hoc* o por cualquier tribunal arbitral.

(Versión aprobada en la Asamblea General de APA celebrada el 25 de junio de 2020)

**ANEXO ÚNICO**

DECLARACIÓN DE INDEPENDENCIA E IMPARCIALIDAD DEL ÁRBITRO

Nombre:

Dirección:

Teléfono(s):

Correo electrónico:

DEMANDANTE:

DEMANDA:

- AAceptación.** Declaro que acepto ejercer las funciones de árbitro de manera imparcial e independiente, respetando las normas y principios establecidos en el Código de Ética del Árbitro de la Asociación Portuguesa de Arbitraje, de la que soy miembro.

(También marque uno de los siguientes espacios. La elección del espacio a rellenar depende de si, de acuerdo con el artículo 7 del Código de Ética del Árbitro, se produce alguna de las siguientes situaciones:

- a) *Toda relación profesional o personal que considere pertinente y que mantenga o haya mantenido con las partes, con sus representantes legales, con terceros financieros, si los hubiere, o con otras partes involucradas en el arbitraje;*
- b) *Todo interés económico o financiero directo o indirecto en el resultado de la controversia;*
- c) *Cualquier conocimiento que tenga del objeto de la controversia.*

En caso de duda, debe revelar la situación en cuestión).

- Nada que revelar.** Soy imparcial e independiente y tengo la intención de seguir siéndolo. No tengo conocimiento de ningún hecho o circunstancia que deba ser revelado porque podría poner en duda mi imparcialidad o independencia desde la perspectiva de las partes.
- Aceptación y Revelación.** Soy imparcial e independiente y tengo la intención de seguir siéndolo. Sin embargo, en vista de las reglas y principios establecidos en el Código de Ética del Árbitro, tengo la intención de exponer los siguientes hechos o circunstancias, ya que creo que pueden dar lugar, desde la perspectiva de las partes, a dudas sobre mi imparcialidad o independencia:

(Lugar), (Fecha) (Firma)



CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS PARA PERITOS EM ARBITRAGEM

A adoção do presente Código de Boas Práticas visa consagrar regras éticas que devem enformar a conduta dos Peritos que participam em arbitragens.

As questões que constituem o objeto de processos arbitrais são, muitas vezes, caracterizadas por uma elevada complexidade técnica, promovendo frequentes intervenções de Peritos. O Código pretende assegurar a objetividade e independência dos relatórios periciais, contribuindo para um reforço do seu valor probatório e para garantir a integridade do processo arbitral.

A prova pericial pode adotar diversas modalidades. Sem se pretender ser exaustivo, é possível distinguir:

- (i) a apresentação pelas Partes de relatórios elaborados por testemunhas-Perito;
- (ii) a indicação pelas Partes de Peritos, os quais serão depois instruídos pelo Tribunal e a este responderão;
- (iii) a nomeação de Peritos pelo Tribunal;
- (iv) modelos híbridos em que os Peritos são nomeados pelas Partes e pelo Tribunal.

Por seu turno, a posição do Perito varia em função da forma como foi designado ou escolhido e como desenvolve a sua atividade, o que por vezes gera questões quanto ao conceito de imparcialidade. Ora, a posição dos Peritos é diferente da dos árbitros, pelo que os requisitos a que ambos estão sujeitos devem ser diferentes. Por essa razão, opta-se, no caso dos Peritos, por se exigir independência e objetividade.

As regras aqui enunciadas têm por objetivo poder ser aplicadas a Peritos designados por Tribunais Arbitrais ou escolhidos pelas Partes, pelo que têm de ser vistas como princípios base comuns a todas as modalidades e passíveis de ser desenvolvidas (ou até derogadas) pelas Partes.

O que é fundamental é que, seja qual for a modalidade pela qual as Partes e o Tribunal optem, as regras sejam claramente definidas, de forma a ir ao encontro das expectativas das Partes e assegurando-se o respeito pelos princípios fundamentais do processo e, em especial, o direito ao contraditório e igualdade de armas.



Finalmente, é importante ter em conta que o presente Código não pretende substituir-se a disposições contidas na lei ou em regulamento que reja a arbitragem em causa, ou a cláusulas contratuais que as Partes hajam adotado.

Art. 1.º Âmbito

1. O presente Código destina-se a ser aplicado a todas as situações em que tenha lugar a intervenção de Peritos em processos arbitrais.
2. A totalidade ou parte das normas do presente Código de Boas Práticas pode ser adotada por quaisquer entidades autorizadas a realizar arbitragens voluntárias institucionalizadas, bem como pelas Partes envolvidas numa arbitragem ad hoc ou por qualquer Tribunal arbitral.
3. As Partes e o Tribunal deverão procurar regular em detalhe a forma como se irá desenrolar a prova pericial, com respeito pelos princípios fundamentais do processo e de acordo com as expectativas das Partes.

Art. 2.º Nomeação de Peritos

1. As Partes podem socorrer-se de Peritos por si escolhidos, que apresentarão os seus relatórios periciais nos termos que venham a ser definidos ou que resultarem das regras aplicáveis.
2. O Tribunal, ouvidas as Partes, pode nomear diretamente Perito ou Peritos.
3. O Tribunal, ouvidas as Partes, pode nomear diretamente perito que lhe preste assessoria, ao qual serão aplicáveis as regras do presente Código, com as adaptações decorrentes da diferença de funções.

Art. 3.º Objetividade e Independência

1. O Perito deve ser objetivo e independente.
2. O Perito deve contribuir para a decisão pelo Tribunal das questões que envolvem conhecimento técnico e especializado que detenha.
3. Os deveres de objetividade e de independência requerem que o Perito tenha vontade e capacidade para desempenhar a sua função de contribuir para a decisão do Tribunal, de acordo com a verdade e reconhecendo tanto os aspetos favoráveis como também os desfavoráveis à Parte que o indicou, mantendo uma distância objetiva em relação à Parte que o indica, à disputa e a outras pessoas implicadas na mesma.
4. Os deveres de objetividade e independência implicam que o Perito não tenha interesse financeiro no resultado da arbitragem.
5. O Perito deve atuar com respeito e lealdade para com o Tribunal Arbitral, as Partes e os seus representantes legais e outros intervenientes na arbitragem.



Art. 4.º Dever de Revelação

1. O Perito deve revelar, aquando da sua primeira intervenção no processo, quaisquer circunstâncias ou factos que, na perspetiva de uma pessoa razoável e informada, possam suscitar dúvidas quanto à sua objetividade e independência, devendo realizar diligências razoáveis no sentido de identificar qualquer conflito de interesses, assim como quaisquer factos ou circunstâncias que possam suscitar dúvidas quanto à sua objetividade e independência.
2. Para efeitos de dever de revelação, é considerado que o Perito é equiparado à entidade em que eventualmente se integre.

Art. 5.º Regras

1. O relatório pericial deverá conter:
 - a. O nome e morada do Perito e, no caso de Perito nomeado por uma Parte, a sua relação, passada ou presente, com qualquer das Partes, bem com uma descrição das suas qualificações académicas e profissionais, e experiência relevante;
 - b. Uma afirmação da sua independência e objetividade;
 - c. A indicação dos factos em que o Perito baseia a sua opinião pericial e conclusões;
 - d. A opinião pericial e conclusões, incluindo designadamente uma descrição da metodologia, pressupostos técnicos, elementos de prova e informações utilizadas para chegar às conclusões;
 - e. Uma afirmação da veracidade do Relatório Pericial;
 - f. A data do relatório; e
 - g. A assinatura do Perito.
2. Salvo disposição ou acordo em sentido diverso
 - a) os representantes das Partes podem assistir os Peritos por si escolhidos na preparação dos seus relatórios e eventuais depoimentos.
 - b) os representantes das Partes devem abster-se de qualquer comunicação particular com os Peritos indicados pela Parte contrária e/ou designados pelo Tribunal.
3. Nas comunicações que possa manter diretamente com os Peritos, o Tribunal deverá acautelar o respeito pelos princípios fundamentais do processo e, em especial, o direito ao contraditório e igualdade de armas.
4. A pedido de qualquer uma das Partes, desde que os Árbitros considerem adequado, ou do Tribunal, o Perito deve comparecer na audiência para confirmar o conteúdo do seu relatório e para esclarecer quaisquer questões colocadas pelas Partes e pelo Tribunal Arbitral relativas ao mesmo e que sejam relevantes para a decisão.



5. A pedido do Tribunal Arbitral, o Perito poderá ampliar o relatório pericial ou participar de forma colaborativa em diligências tendentes à identificação e esclarecimento de pontos de divergência e/ou convergência com as posições adotadas por outros Peritos. Ao adotar qualquer uma destas medidas o Tribunal deverá considerar o potencial acréscimo de custos e a posição das Partes relativamente à valência dos Peritos para tratar das novas questões.

Art. 6.º Honorários

1. Salvo disposição em sentido diverso, os honorários dos Peritos indicados pelas Partes são pagos diretamente pela Parte que os nomeia, sem prejuízo de serem considerados na repartição a final dos encargos do processo, de acordo com o critério do Tribunal.
2. Os honorários dos Peritos nomeados pelo Tribunal Arbitral, bem como a forma de proceder ao respetivo pagamento, deve ser fixada pelo próprio Tribunal, ouvidas as Partes.

Art. 7.º Confidencialidade

1. O Perito deve respeitar a confidencialidade de qualquer informação que obteve com a sua participação no processo arbitral, incluindo o teor das peças processuais apresentadas pelas Partes, a prova produzida, qualquer acordo ou tentativa de acordo entre as Partes em relação ao objeto da arbitragem, quaisquer decisões do Tribunal Arbitral e a decisão arbitral, e não poderá utilizar informação obtida no decurso da instância arbitral com o objetivo de alcançar ganho, para si ou para terceiro, ou de lesar o interesse de outrem.
2. O dever referido o número anterior não impede que o Perito divulgue, para os devidos efeitos, elementos que permitam identificar as arbitragens em que tenha participado, salvo se o processo estiver sujeito a diferente regime de confidencialidade.

(Aprovada na reunião da Direção da APA realizada em 12 de outubro de 2020)



CODE OF BEST PRACTICE FOR EXPERTS IN ARBITRATION

The adoption of this Code of Best Practice aims to enshrine ethical rules governing the conduct of Experts who take part in arbitrations.

The issues that constitute the object of arbitration proceedings are often characterized as being of great technical complexity, calling for frequent interventions by Experts. The Code aims to ensure the objectivity and independence of the expert reports, contributing to strengthening of their probative value and to ensuring the integrity of the arbitral process.

Expert evidence may take various forms. Without being exhaustive, it is possible to distinguish:

- (i) the presentation by the Parties of reports prepared by Expert witnesses;
- (ii) the appointment by the Parties of Experts, who will then be instructed by the Tribunal and will answer to the same;
- (iii) the appointment of Experts by the Tribunal;
- (iv) hybrid models in which the Experts are appointed by the Parties and by the Tribunal.

In turn, the position of the Experts varies depending on the way they were appointed or chosen and on how they carry on their activity, which sometimes leads to questions as to the concept of impartiality. Now, the position of the Experts differs from that of the arbitrators, so the requirements to which they are subject should differ. For this reason, the option, in the case of Experts, is to demand independence and objectivity.

The rules set out herein are intended to be applicable to Experts appointed by Arbitral Tribunals or chosen by the Parties, and therefore must be seen as base principles common to all forms and able to be developed (or even derogated) by the Parties.

What is fundamental is that, no matter what the form chosen by the Parties and the Tribunal, the rules be clearly defined in a manner such as to meet the expectations of the Parties and ensure due regard for the fundamental principles of the proceedings and, in particular, the right to adversarial proceedings and equality of arms.



Lastly, it is important to bear in mind that this Code is not intended to replace the provisions of the law or regulations governing the arbitration at issue or the contractual clauses that the Parties have adopted.

Article 1 Scope

1. This Code is intended to apply to all situations in which Experts are involved in arbitration proceedings.
2. All or part of the provisions of this Code of Best Practices may be adopted by any entity authorized to conduct voluntary institutionalized arbitrations, as well as by the Parties involved in an *ad hoc* arbitration or by any Arbitral Tribunal.
3. The Parties and the Tribunal shall seek to regulate in detail how the expert evidence will be provided, with due regard for the fundamental principles of the process and in keeping with the expectations of the Parties.

Article 2 Appointment of Experts

1. The Parties may have recourse to Experts of their choice, who will present their expert reports in terms that come to be defined or that result from the applicable rules.
2. After hearing the Parties, the Tribunal may directly appoint one or more Experts.
3. After hearing the Parties, the Tribunal may directly appoint an Expert to provide assistance, to whom the rules of this Code shall apply, with the adaptations resulting from the difference of functions.

Article 3 Objectivity and independence

1. The Expert must be objective and independent.
2. The Expert shall contribute to the decision by the Tribunal on the issues involving his/her technical knowledge and expertise.
3. The duties of objectivity and independence require that the Expert has the will and ability to perform his/her duty of contributing to the decision of the Tribunal, in accordance with the truth and recognizing both the favourable aspects as well as those unfavourable to the Party that appointed him/her, keeping an objective distance from the Party that appointed him/her, the dispute and others involved in it.
4. The duties of objectivity and independence imply that the Expert has no financial interest in the outcome of the arbitration.
5. The Expert must act with due respect and loyalty before the Arbitral Tribunal, the Parties and their legal representatives and others involved in the arbitration.



Article 4 Duty of Disclosure

1. The Expert shall, at the time of his/her first involvement in the proceedings, disclose any facts or circumstances that, from the standpoint of a reasonable and informed person, could raise doubts as to his/her objectivity and independence, and shall take reasonable steps to identify any conflict of interest, as well as any facts or circumstances that might raise doubts as to his/her objectivity and independence.
2. For the purposes of the duty of disclosure, it is considered that the Expert is on an equal footing with the entity of which he/she forms part.

Article 5 Rules

1. The expert report shall contain:
 - a. The name and address of the Expert and, in the case of an Expert appointed by a Party, his/her past or present relationship with any of the Parties, as well as a description of his/her academic and professional qualifications and relevant experience;
 - b. A statement of his/her independence and objectivity;
 - c. The indication of the facts on which the Expert bases his/her conclusions and expert opinion;
 - d. The expert opinion and conclusions, including in particular a description of the methodology, technical assumptions, evidence and information used to reach the conclusions;
 - e. An affirmation of the veracity of the Expert Report;
 - f. The date of the report; and
 - g. The signature of the Expert.
2. Save provision or agreement to the contrary:
 - a) the representatives of the Parties may assist the Experts chosen by them in the preparation of their reports and eventual statements.
 - b) the representatives of the Parties shall refrain from any private communication with the Experts appointed by the other Party and/or appointed by the Tribunal.
3. In those communications that it may have directly with the Experts the Tribunal shall have due regard for the fundamental principles of the proceedings and, in particular, the right to adversarial proceedings and equality of arms.
4. At the request of any of the Parties, provided the Arbitrators consider it appropriate, or of the Tribunal, the Expert shall attend the hearing to confirm the contents of his/her report and to clarify any questions raised by the Parties and the Arbitral Tribunal in respect thereof that are relevant to the decision.



5. At the request of the Arbitral Tribunal, the Expert may enlarge the expert report or participate in a collaborative way in the steps taken to identify and clarify points of divergence and/or convergence with the positions adopted by other Experts. On adopting any of these measures the Tribunal shall consider the potential increase of costs and the position of the Parties concerning the skills of the Experts to deal with the new issues.

Article 6 Fees

1. Save provision to the contrary, the Experts' fees indicated by the Parties are paid directly by the Party that appoints them, notwithstanding the fact that they will be considered in the final allocation of the costs of the proceedings, at the discretion of the Tribunal.
2. The fees of the Experts appointed by the Arbitral Tribunal, as well as the payment means, shall be fixed by the Tribunal itself, after consulting the Parties.

Article 7 Confidentiality

1. The Expert must have due regard for the confidentiality of any information obtained through taking part in the arbitration, including the content of the written submissions presented by the Parties, the evidence produced, any agreement or attempted agreement between the Parties in relation to the object of the arbitration, any decisions of the Arbitral Tribunal and the arbitral award, and may not use information obtained in the course of the arbitral proceedings to obtain gain for himself/herself or for third parties, or harm the interests of others.
2. The duty referred to in the preceding paragraph shall not prevent the Expert from disclosing, for all due purposes, elements permitting the identification of arbitrations in which he/she has taken part, unless the proceedings are subject to a different confidentiality regime.

(Approved in the APA Board meeting of 12 October 2020)



CÓDIGO DE BUENAS PRÁCTICAS PARA EXPERTOS EN ARBITRAJE

La adopción de este Código de Buenas Prácticas tiene por objeto consagrar las normas éticas que deben conformar la conducta de los expertos que participan en arbitrajes.

Las cuestiones que constituyen el objeto de los procesos arbitrales se caracterizan, a menudo, por su gran complejidad técnica, lo que favorece las intervenciones frecuentes de expertos. El Código tiene por objeto garantizar la objetividad e independencia de los informes periciales, contribuir a reforzar su valor probatorio y asegurar la integridad del proceso arbitral.

Las pruebas periciales pueden adoptar varias modalidades. Sin pretender ser exhaustivo, se puede distinguir entre:

- i) La presentación por las Partes de informes preparados por peritos;
- ii) La indicación por las Partes de expertos, que serán después instruidos por el tribunal y a éste responderán;
- iii) El nombramiento de expertos por el Tribunal;
- iv) Los modelos híbridos en los que los expertos son nombrados por las Partes y el Tribunal.

A su vez, el cargo de Experto varía en función de como ha sido nombrado o elegido y ejerce su actividad, lo que a veces plantea interrogantes sobre el concepto de imparcialidad. La posición de los expertos es diferente a la de los árbitros, por lo que los requisitos a los que ambos están sujetos deben ser diferentes. Por esta razón, en el caso de los expertos, se requiere independencia y objetividad.

Estas normas están pensadas para aplicarse a los peritos nombrados por tribunales arbitrales o elegidos por las Partes y, por lo tanto, deben considerarse como principios básicos comunes a todas las modalidades y susceptibles de ser desarrollados (o incluso derogados) por las Partes.

Lo fundamental es que, sea cual sea la modalidad que elijan las Partes y el Tribunal, las normas deben estar claramente definidas, a fin de satisfacer las expectativas de las Partes y garantizar el respeto de los principios fundamentales del proceso y, en particular, el derecho al contradictorio y a la igualdad de armas.



Por último, es importante tener en cuenta que este Código no tiene por objeto sustituir las disposiciones contenidas en las leyes o en los reglamentos que rigen el arbitraje en cuestión, ni las cláusulas contractuales que las Partes hayan adoptado.

Art. 1 Alcance

1. El presente Código tiene por objeto aplicarse a todas las situaciones en que peritos participan en procesos arbitrales.
2. La totalidad o parte de las reglas de este Código de Buenas Prácticas puede ser adoptada por cualquier entidad autorizada para llevar a cabo un arbitraje institucionalizado, así como por las Partes involucradas en un arbitraje ad hoc o cualquier Tribunal Arbitral.
3. Las Partes y el Tribunal tratarán de regular en detalle la forma en que se llevarán a cabo las pruebas periciales, respetando los principios fundamentales del proceso y de conformidad con las expectativas de las Partes.

Art. 2 Nombramiento de expertos

1. Las Partes podrán recurrir a expertos de su elección, quienes presentarán sus informes periciales de conformidad con los términos que se definan o que resulten de las normas aplicables.
2. El Tribunal, después de escuchar a las Partes, podrá designar directamente uno o varios peritos.
3. El Tribunal, después de escuchar a las Partes, podrá designar directamente un experto para que lo asesore, al que se aplicarán las normas de este Código, con las adaptaciones que se deriven de la diferencia de funciones.

Art. 3 Objetividad e independencia

1. El experto debe ser objetivo e independiente.
2. El Experto contribuirá a la decisión del Tribunal sobre cuestiones que impliquen conocimientos técnicos y especializados.
3. Los deberes de objetividad e independencia requieren que el Experto tenga la voluntad y la capacidad de cumplir su función de contribuir a la decisión del Tribunal, de acuerdo con la verdad y reconociendo tanto los aspectos favorables como los desfavorables a la Parte que le ha indicado, manteniendo una distancia objetiva de la Parte que le ha indicado, de la controversia y de las demás personas involucradas en ella.
4. Los deberes de objetividad e independencia implican que el Experto no tenga ningún interés financiero en el resultado del arbitraje.
5. El Experto actuará con respeto y lealtad hacia el Tribunal Arbitral, las Partes y sus representantes legales y otros participantes en el arbitraje.



Art. 4 Deber de revelación

1. El Experto revelará, en su primera intervención en el procedimiento, cualesquiera circunstancias o hechos que, desde la perspectiva de una persona razonable e informada, puedan plantear dudas acerca de su objetividad e independencia, y hará esfuerzos razonables para identificar cualquier conflicto de intereses, así como cualesquiera hechos o circunstancias que puedan plantear dudas acerca de su objetividad e independencia.
2. A los efectos del deber de revelación, se considerará que el experto ostenta en principio la identidad de la entidad a la que pertenece, en su caso.

Art. 5 Reglas

1. El informe pericial contendrá:
 - a. El nombre y la dirección del Experto y, en el caso de un Experto designado por una Parte, su relación pasada o presente con cualquiera de las Partes, así como una descripción de sus calificaciones académicas y profesionales y su experiencia pertinente;
 - b. Una afirmación de su independencia y objetividad;
 - c. Una indicación de los hechos en los que el experto basa su opinión y conclusiones;
 - d. La opinión y las conclusiones de los expertos, incluida en particular una descripción de la metodología, los supuestos técnicos, las pruebas y la información utilizadas para llegar a las conclusiones;
 - e. Una declaración de la veracidad del informe del Experto;
 - f. La fecha del informe; y
 - g. La firma del experto.
2. A menos que se acuerde lo contrario:
 - a. Los representantes de las Partes podrán ayudar a los expertos por ellas elegidos en la preparación de sus informes y de las posibles declaraciones;
 - b. Los representantes de las Partes se abstendrán de toda comunicación particular con los expertos nombrados por la Parte contraria o designados por el Tribunal.
3. En cualquier comunicación que tenga directamente con los peritos, el Tribunal se cuidará de respetar los principios fundamentales del procedimiento y, en particular, el derecho a ser oído y a la igualdad de armas.
4. A petición de cualquiera de las Partes, siempre que los árbitros lo consideren apropiado, o del Tribunal, el Experto comparecerá en la audiencia para confirmar el contenido de su informe y aclarar las cuestiones planteadas por las Partes y el Tribunal Arbitral que le conciernan y que sean pertinentes para la decisión.



5. A petición del Tribunal Arbitral, el Experto podrá ampliar el informe pericial o colaborar en esfuerzos para identificar y aclarar puntos de desacuerdo o convergencia con las posiciones adoptadas por otros expertos. Al adoptar cualquiera de estas medidas, el Tribunal considerará el posible aumento de los costos y la posición de las Partes con respecto a la capacidad de los expertos para abordar las nuevas cuestiones.

Art. 6 Honorarios

1. Salvo disposición en contrario, los honorarios de los Peritos nombrados por las Partes serán pagados directamente por la Parte que los haya nombrado, sin perjuicio de que se tengan en cuenta en el reparto final de las costas del procedimiento, a discreción del Tribunal.
2. Los honorarios de los Peritos nombrados por el Tribunal Arbitral, así como las modalidades de pago de los mismos, serán fijados por el propio Tribunal, previa audiencia de las Partes.

Art. 7 Confidencialidad

1. El Experto respetará el carácter confidencial de toda la información que haya obtenido mediante su participación en el procedimiento arbitral, incluido el contenido de los escritos presentados por las Partes, las pruebas presentadas, todo acuerdo o intento de llegar a un acuerdo entre las Partes sobre el objeto del arbitraje, toda decisión del Tribunal Arbitral y el laudo arbitral, y no utilizará la información obtenida en el curso del procedimiento arbitral con el fin de obtener beneficios, para sí mismo o para un tercero, o de perjudicar los intereses de otro.
2. El deber mencionado en el párrafo anterior no impedirá que el Experto revele, para los fines adecuados, elementos que permitan identificar los arbitrajes en los que haya participado, a menos que el procedimiento esté sujeto a un régimen de confidencialidad diferente.

(Aprobado en la reunión de la Junta de la APA celebrada el 12 de octubre de 2020)

